

Revista Mídia e Cotidiano
Artigo Seção Livre
Número 10, Dez. 2016
Submetido em: 05/11/2016
Aprovado em: 16/11/2016

INPECC RETOMA CONCEITO DE “COMUNIDADE GERATIVA” E INICIA ESTUDO SOBRE A ÁREA¹

INPECC RESUMES CONCEPT OF "GENERATIVE COMMUNITY" AND STARTS STUDY ON THE AREA

Raquel PAIVA²; Patrícia Gonçalves SALDANHA³; Juciano de Sousa LACERDA⁴

Resumo: O presente artigo procura compreender e refletir sobre o Instituto Nacional de Pesquisa em Comunicação Comunitária (Inpecc), que inicia sua pesquisa bibliográfica com o objetivo de problematizar o “conceito de comunidade gerativa” a partir do caráter arqueológico dos estudos sobre comunicação comunitária e suas variações temáticas, como alternativa, contra-hegemônica e cidadã.

Palavras-chave: Comunidade; Comunicação comunitária; Cidadania; Comunicação gerativa.

Abstract: *This article seeks to understand and reflect on the National Institute for Research in Community Communication (Inpecc), which begins its literature with the aim of problematising the concept of “generative community” from the “archaeological” character of studies on community communication and its thematic variations, such as alternative, counter-hegemonic and civic biases.*

Keywords: *Community; Community Communication; Citizenship; Generative Communication.*

¹ Versão atualizada de texto apresentado ao GP Comunicação para a Cidadania do XIV Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação 2014.

² Professora Associado IV da UFRJ e pesquisadora 1A CNPq, Coordenadora do Lecc-UFRJ, Doutora, paivaraquel@hotmail.com.

³ Professora Adjunta IV da UFF e membro do LaPA-PPGMC (Laboratório de Pesquisa Aplicada), Coordenadora do Laccops-UFF, Doutora, patsaldanha@globo.com.

⁴ Professor Adjunto IV da UFRN, Docente do PPgEM-UFRN, Vice-líder do GP Pragma/CNPq e Coordenador do Lapeccos-UFRN, Doutor, juciano.lacerda@gmail.com.

Introdução: o conceito de Comunidade Gerativa

Há cerca de 10 anos o LECC (Laboratório de Estudos em Comunicação Comunitária) começou a trabalhar com o conceito de “comunidade gerativa” e na época lançava mão de um pensamento do filósofo marxista Marcuse para introduzir o conceito. O texto introdutório foi apresentado na Alaic e posteriormente publicado numa coletânea organizada por Cicilia Peruzzo⁵. A ideia inicial era de descrever a enorme volatilidade porque vivemos e que não tem poupado nem mesmo instituições propiciadoras de identidade como a escola, o trabalho e a família. Mesmo os governos, os regimes e partidos políticos e as religiões portam a marca da instabilidade e da proliferação, gerando uma indiscutível e profunda desvinculação dos indivíduos aos seus territórios – entendido aqui como o espaço ecológico e cultural – e, conseqüentemente, com os seus pares.

Naquele momento, como hoje, assume o valor de uma profecia o que dizia o filósofo alemão, neo-marxista, Marcuse, no seu livro “Cinco Conferências”, publicado em 1970, ao declarar que “hoje temos a capacidade de transformar o mundo em um inferno e estamos a caminho de fazê-lo. Mas também temos a capacidade de fazer exatamente o contrário”. E é, exatamente neste hiato, nisto que poderíamos até mesmo entender como a “última tentativa”; que se apresenta como projeto político, ecológico, existencialista – no entendimento da conviviabilidade necessária entre os povos – também como projeto de vinculação identitária, educacional e, principalmente, assume o estatuto de uma proposta a ser engendrada pela área específica da comunicação é que está o que definimos por *comunidade gerativa*.

Por comunidade gerativa, queremos designar o conjunto de ações (norteadas pelo propósito do bem comum) passíveis de serem executadas por um grupo e/ou conjunto de cidadãos. A proposição parte da evidência de que o horizonte que caracteriza a sociedade contemporânea – a falência da “política de projetos”, a descentralização do poder, a forte tônica individualista e cosmopolita – produz a busca de alternativas. E, dentre elas, a da atuação de uma *política gerativa*, ou seja, a ênfase nas ações práticas

⁵ PERUZZO, Cicilia. *Vozes Cidadãs*, Angelara, 2004, p.57-74.

do cotidiano e da localidade. Isto porque o modelo neoliberal produziu um Estado mínimo, praticamente incapaz de atuar no que até então se entendia como do âmbito de suas próprias e intransferíveis atuações, como, por exemplo, as da saúde, educação, habitação, segurança, etc.

Tal perspectiva, entretanto, está longe de definir-se por localista – de sentido exclusivista e ultranacionalista – mesmo porque se considera necessário a atuação no ambiente do multiculturalismo e da velocidade informacional, que define a atualidade. Por esta razão, sua implementação envolve também uma forma específica de atuação nos meios de comunicação – dos tradicionais e dos novíssimos –, bem como uma reformulação do modelo de produção e formação profissional vigentes. É importante, neste contexto, o entendimento de que não se trata de uma panacéia, para tanto é preciso procurar compreender, de uma maneira bastante ampla e através de uma vasta gama de disciplinas, que o caráter do Estado mudou inexoravelmente.

A comunidade gerativa propõe-se a agir em resposta ao atomismo social e à razão instrumental que definem a política centrada no mercado e no predomínio de um Estado gerencial e burocrático. Trata-se, portanto, de uma *reinterpretação* da conceituação do sociólogo alemão Ferdinand Tönnies, resgatando facetas como a vinculação social e a preocupação territorial – que engendra a preocupação com o patrimônio cultural. Estão ainda presentes nessa proposta aspectos próprios da sociabilidade que parecem ter perdido o sentido na nova era, mas que passam a ser o enfoque central de diversos estudiosos da atualidade – como cooperação, solidariedade, tolerância, fraternidade, docilidade, amizade, cooperação, generosidade e caridade.

Diante desse horizonte de incerteza, e agarrando-se ao fragmento do pensamento do qual o filósofo alemão é apenas um exemplo – o de que podemos, de fato, intervir e compor uma estrutura menos massacrante e por meio da qual seja possível produzir realmente um futuro – pode-se constatar que no mundo inteiro, nos países desenvolvidos e nos ditos periféricos, têm surgido diversos teóricos, ativistas, instituições não governamentais e até acordos entre grupos com interesses específicos e instâncias institucionais. Todos trazem a marca da proposta de resgate de projetos que foram, ao longo da história da humanidade, sendo relegados a um segundo plano em

prol de uma proposta desenvolvimentista, uma ideia de progresso norteadas basicamente pela incompatibilidade entre a maior produtividade e os valores indispensáveis à existência humana.

Retomamos a ideia da “comunidade gerativa”, ou seja, a pulsão de grupos capazes de produzir ações, narrativas e imagens, provocando o surgimento de novas ordens e informações no cenário global. (PAIVA *In* PERUZZO, 2004, p. 57-74)⁶ Temos sempre trabalhado com a ideia de comunidade referida a pôr uma tarefa em comum, pondo o coletivo em oposto ao particular. Insistimos na concepção do ser-em-comum da comunidade como a partilha de uma realização, e não a comunidade de uma substância. Em outras palavras, comunidade não como o mero convivialismo num território, mas como o compartilhamento (ou uma troca), relativo a uma tarefa, implícito na obrigação simbólica que se tem para com o Outro.

A proposta da “comunidade gerativa”, já estabelecíamos em 2004, não desconhece este ambiente em que o liberalismo é a nota predominante, mas promove uma postura ativa a ser adotada. Inicialmente, é importante procurar delimitar com clareza a distinção que se estabelece entre os termos propostos, em especial a comunidade. Isto porque, à primeira vista, a conexão que se elabora lhe imprime um aspecto praticamente incompatível com a ordem geral de velocidade e fluxos informacionais altamente especializados. À ideia de comunidade, de certa forma se agrega apenas uma de suas possibilidades, a da vinculação espacial, surgindo, portanto, como força oposta o propósito de focar-se o particular, ou seja o localismo. Assim, entende-se que necessariamente está se falando de uma proposta de vinculação e pertencimento, um comunitarismo, que evidentemente engendra ordens bastante diferentes da regra vigente do mundo global. Entretanto, é preciso, antes de tudo, destacar que se entra em uma área preocupada em definir com precisão do que se está falando e, principalmente, evidenciar que, ao se evocar esta proposta, lança-se mão obrigatoriamente de outros interesses e estruturas. Inicialmente, é prudente esclarecer que atualmente se vive um momento em que o termo comunidade presta-se para

⁶ PAIVA, Raquel. Comunidade Gerativa, In: PERUZZO, Cicilia. **Vozes Cidadãs**, Angelara, 2004, p.57-74.

designar uma diversidade de situações, em especial a que se refere aos grupos com objetivos ou interesses específicos. Por esta razão, o termo se liga a agrupamentos de todos os tipos. Comunidade é um termo amplo que se presta para definir quase tudo, desde as comunidades universitária, médica, teatral, das escolas de samba, comunidade europeia, dos deficientes físicos, também as religiosas, toda sorte de minorias e até mesmo a virtual e a global.

Em resumo, aqui a preocupação se centra numa perspectiva que pretende entender a ideia do comunitarismo e analisar as possibilidades de operacionalização do conceito na atualidade, não como uma proposição antagônica ao globalismo. Isso porque à globalização, entendida como processo de desenvolvimento do capitalismo, não é possível fugir ou fazer frente. Por outro lado, não há como não reconhecer que o mundo globalizado faz um chamamento para mudanças epistemológicas em várias disciplinas.

Em linhas gerais, a proposta central do Instituto Nacional de Pesquisa em Comunicação Comunitária (INPECC) é colocar-se como uma corrente gerativa e investigar de que maneira a área tem trabalhado com o conceito de comunidade e com as ideias e conceitos paralelos que circundam a proposição da cidadania. Ao longo dos anos, inúmeras têm sido as aplicações dessa perspectiva com resultados bastante positivos.

A criação e a proposta do INPECC

O Laboratório de Estudos em Comunicação Comunitária (LECC) da UFRJ, implantado em 1999, tem sido a mola propulsora de inúmeras intervenções baseadas no conceito de “comunidade gerativa”. No momento atual, com a criação do Inpecc (Instituto Nacional de Pesquisa em Comunicação Comunitária) que reúne mais dois importantes laboratórios – o Laboratório de Investigação em Comunicação Comunitária e Publicidade Social (Laccops), da UFF-PPGMC, e o Laboratório de Pesquisa e Estudos em Comunicação Comunitária e Saúde Coletiva (Lapeccos), da UFRN – se lança o primeiro desafio: o de tentar perscrutar o que a área da comunicação tem refletido sobre o tema? De que maneira tem sido a intervenção da área da comunicação sobre a plataforma da busca por formas inclusivas e alternativas de comunicação? De que

maneira a área tem trabalhado a temática da comunicação comunitária em cada Região do Brasil, a partir dos primeiros levantamentos dos resultados de pesquisas em programas de pós-graduação, em grupos de pesquisa (núcleos, laboratórios, eventos internos), em publicações/congressos/eventos científicos e na graduação (iniciação científica)?

Criado no final de 2013, o Inpecc reúne três laboratórios/núcleos de pesquisa vinculados a três programas de Pós-Graduação em Comunicação, de três Universidades Federais. O Lecc é vinculado ao PPGCOM-UFRJ, o Laccops, que é ligado ao Programa de Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano da UFF, e o Lapeccos integra ações junto ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Mídia da UFRN. O Instituto reúne pesquisadores-sênior, estudantes de doutorado, mestrado e graduação. A perspectiva comunitária, nos últimos 15 anos, tem se firmado no campo comunicacional não apenas como objeto empírico, mas principalmente como demanda de parceria com os novos sujeitos coletivos e minoritários que se fazem progressivamente visíveis no espaço público nacional, desde as periferias até os centros. A criação de um instituto de pesquisa na área da comunicação comunitária tem o objetivo de contribuir, estrategicamente, para a consolidação da pesquisa, na medida em que concentra esforços e possibilita interfaces com instituições que investigam a temática em nível nacional, ao mesmo tempo em que permite intensificar, de forma permanente e formalizada, os canais de intercâmbio em nível internacional. Com ações integradas, intercâmbio e reuniões de cooperação regular, o Inpecc passa a gerenciar as pesquisas dos seus membros, de maneira a reunir a reflexão sobre os trabalhos realizados pela área bem como contribuir com avanços para o campo.

Afeto é o nome que temos dado à natureza do elemento que produz a comunidade gerativa. Uma vez que se exauriram as mediações clássicas, capazes de colocar em relação os indivíduos e uma vez que assumiu papel preponderante na sociedade atual o fluxo informacional e a produção incessante de mensagens e imagens, o sensorio tem sido a nossa capacidade mais aguçada. Julgamos, condenamos, aplaudimos, concordamos apenas pelo poder dos sentimentos que nos são despertados. Somos

afetados diariamente por um volume incomensurável de informações e a partir delas realizamos nossa ação cotidiana.

Em função desse cenário, a proposta maior é criar “afetos” capazes de fazer realizar essa comunidade gerativa e assim intervir de maneira definitiva na realidade. O gerenciamento desse sensorio encaminhado na direção da inclusão social e de alteração radical da qualidade de existência é o que o Inpecc tem procurado realizar em suas intervenções, lançando mão de inúmeras ferramentas já existentes, como a reinterpretção da Leitura Crítica da Mídia, dentre inúmeros outros métodos, como bem atestam as experiências que se realizam nos três projetos distintos que serão detalhados mais a frente: Projeto “Viva Mãe Luiza”, ESPOCC e campanha do IBC.

Deparamos-nos, portanto, com um grande desafio: tentar constatar de que formas o desenvolvimento das práticas comunicacionais a partir da apropriação das TIC's podem atuar como dispositivos de incremento de sociabilidade vinculativa em determinadas comunidades a começar pela partilha dos sentimentos comuns que podem projetar realizações locais (sem abalar seu fortalecimento identitário) para a esfera globalizada da Sociedade Civil.

É neste ínterim, que entra em cena o INPECC – Instituto Nacional de Pesquisa em Comunicação Comunitária. Trata-se de uma construção coletiva de três laboratórios de pesquisa que atuam na *práxis* do ensino, pesquisa e extensão, cujos pesquisadores têm um histórico vínculo com temas relacionados à comunicação comunitária e à cidadania comunicativa, mas sempre com os pés no chão, fazendo da pesquisa o caminho para gerar intervenções no concreto, na vida cotidiana dos sujeitos das comunidades e organizações sociais envolvidos na produção do conhecimento. Os três centros são vinculados a três programas de Pós Graduação em Comunicação, sediados em três Universidades Federais. O núcleo articulador das ações é o Laboratório de Estudos em Comunicação Comunitária (Lecc), vinculado ao PPGCom da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). O Laboratório de Investigação em Comunicação Comunitária e Publicidade Social (Laccops) é vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano (PPGMC), da Universidade Federal Fluminense (UFF). E, por fim, o Laboratório de Pesquisa e Estudos em Comunicação Comunitária e Saúde Coletiva

(Lapeccos), que é vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Mídia (PPgEM), da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

O Lecc atua há mais de 15 anos voltando-se para a experimentação pedagógica e para a pesquisa da comunicação articulada aos modos de comunidade e de solidariedade que não se acham inteiramente abrangidos contemporaneamente pelo que se entende como sociedade. Além de pesquisar a diversidade cultural e comunicacional e incrementar as pesquisas em comunicação comunitária, também é objetivo do laboratório estudar textos essenciais sobre mídias, mediações socioculturais, dentre outros e, finalmente, contribuir com a formação permanente de profissionais de comunicação comunitária.

Sob a Coordenação Geral de Raquel Paiva e a Coordenação Adjunta de Muniz Sodré, o laboratório tem projetos permanentes, como o site⁷ o Leccturas (que, há seis anos, reúne semanalmente pesquisadores para discussão de produções científicas relevantes); a biblioteca com acervo em constante atualização e a produção de pesquisas contínuas e de grande abrangência em nível de graduação e de pós-graduação. Um dos projetos realizados no bairro Maré, que merece destaque é a “ESPOCC” – Escola Popular de Comunicação Crítica.

A Espocc foi um curso criado para qualificar comunicadores populares, mas que objetivava e buscava agregar outros valores como: capital cultural, simbólico e social. Foi um modelo pioneiro de escola de comunicação que formou técnicos para a área.

A parceria UFRJ – Observatório de Favelas aconteceu com duas contribuições importantes, o Lecc e a UFRJ. O primeiro esteve ativamente envolvido com a concepção do projeto, desde a idealização até a grade curricular e de horários, com a participação direta de pesquisadores e também de bolsistas de extensão. A UFRJ também cedeu quatro bolsistas de projeto de extensão para estar diretamente vinculados à Espocc. A mediação da Espocc com a UFRJ também foi realizada pelo Lecc.

A primeira turma se formou em 2006, com 40 alunos selecionados de seis comunidades diferentes (Manguinhos, Jacarezinho, Parada de Lucas, Alemão, Maré,

⁷ <http://leccufrj.wordpress.com/>

Baixada), que tinham que ter concluído ou estar cursando o último ano do ensino médio, também era requisito ter horário disponível e compatível ao da realização das aulas que aconteceram na sede do Observatório de favelas, no bairro da Maré. A Espocc foi planejada para que em um ano uma turma pudesse se formar, sendo dividida em três quadrimestres. O primeiro seria como um ciclo básico, no qual todos os alunos cursariam as mesmas disciplinas, as introdutórias. Nos outros quadrimestres os alunos da Escola escolheram a habilitação com as quais tinham maior afinidade. Nesse segundo momento, os futuros comunicadores começaram a se aprofundar na disciplina escolhida e seguiram assim até o fim do curso.

O curso foi idealizado para ter, nos três módulos, 4 disciplinas principais: Leitura Crítica; Comunicação Integrada; Fotografia e Audiovisual. Português e informática tiveram maiores dificuldades para acontecer, por isso as aulas não eram regulares, mas foram realizadas.

Leitura Crítica foi a disciplina que todos os alunos cursaram durante toda sua formação, com 45 horas por módulo. Já as outras foram cursadas por todos no primeiro segmento, como uma maneira de introduzi-los ao universo da comunicação e assim descobrirem com qual delas se saíam melhor. O curso foi composto por mais 45 horas de cada uma das habilitações. As aulas aconteceram de segunda a sexta, com algumas atividades extras aos sábados, e foram equilibradas entre teoria e prática.

Ao fim do primeiro módulo os alunos escolheram se queriam ir para a área de vídeo, jornalismo ou fotografia. Nos segmentos seguintes eles tiveram o aprofundamento na habilitação escolhida, foram 98 horas da disciplina escolhida em cada módulo. A Espocc apresentou alguns problemas em seu percurso, como a falta de continuidade nas disciplinas de português e informática, assim como a saída de alguns professores, a substituição sempre acarreta alguns percalços. A falta de verba também foi um problema para as atividades práticas, os produtos finais eram prejudicados. A turma de jornalismo, por exemplo, ao longo do curso só pode produzir jornais murais.

Os dados referem-se à primeira turma. Muitas dificuldades foram corrigidas nas turmas seguintes, o próprio Laboratório deixou de integrar diretamente a formação das novas turmas cuja concentração maior recaiu sobre a formação de fotógrafos populares

em vez de repórteres populares. Mas o importante é enfatizar que o LECC, como idealizador do projeto, acompanhou as primeiras formações e teve o projeto divulgado em inúmeros encontros na América Latina, como nos 50 anos da Rádio Comunitária/Educativa Santa Maria em Santo Domingo.

Criado em 2013, a partir da integração das atividades de ensino, pesquisa e extensão realizadas pelo Grupo de Pesquisa Pragma (UFRN/CNPq) e pelo Núcleo de Estudos em Saúde Coletiva (Nesc/UFRN), em nível de graduação e pós-graduação, na UFRN, o Lapeccos tem por objetivo produzir processos, conhecimento e geração de inovações tecnológicas sociais no campo da comunicação comunitária em interface com a saúde coletiva. Sob a coordenação de Juciano de S. Lacerda, docente do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Mídia, o laboratório – com dez pesquisadores, três mestrandos e 16 bolsistas de graduação – tem como metodologia de trabalho os estudos e reflexões teórico-metodológicas, com base em metodologias participativas e inclusivas e as metodologias de Pesquisa-Intervenção, como se pode observar na experiência em que o Lapeccos colabora com o Núcleo de Estudos em Saúde Coletiva (Nesc), na realização do projeto de intervenção comunitária “Fortalecimento de Redes de Ação Comunitária para Prevenção em DST/Aids: conhecer e Intervir” (2011-2014). O projeto, mais conhecido como “Projeto Viva Mãe Luiza” é desenvolvido no bairro de Mãe Luiza, na cidade de Natal, no Rio Grande do Norte. O “Viva Mãe Luiza” promove ações de prevenção dirigidas a reduzir vulnerabilidades de jovens e adolescentes. O Ministério da Saúde (2000) aponta diversas vulnerabilidades a que estão expostos os adolescentes e jovens do Brasil e tinha como meta gerar, em comunidades, projetos educativos sobre prevenção às DST/Aids⁸. Tais projetos deviam ser associados ao desenvolvimento simultâneo de pesquisas que verificassem a capacidade e eficiência, como foi o caso do projeto do bairro de Mãe Luiza.

O bairro é um emaranhado de casas situado (por que não dizer, sitiado) entre o mar da Via Costeira e os bairros nobres de Tirol e Petrópolis, em Natal. Lá, as formas de

⁸ Doenças Sexualmente Transmissíveis, sendo as principais: Gonorreia, Sífilis, HPV, Herpes genital e Aids.

resistência e existência da *comunidade gerativa* (PAIVA, 2004) se dão em torno da religiosidade católica e evangélica ou através da mediação das ONGs e da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. O antigo Morro do Bode, foi oficialmente criado em 1958, em 2007 já tinha uma população residente média de 17 mil habitantes.⁹

Desde 2011, quando foi implantado, passou a se chamar “Projeto Viva Mãe Luiza”, a partir da escolha da própria comunidade, a partir de um concurso de logomarcas desenvolvido como parte de oficinas de prevenção as DST/Aids com adolescentes e jovens (DANTAS et al, 2011). As oficinas de saúde foram desenvolvidas em articulação com oficinas de vídeo, fotografia, teatro e produção gráfica (LACERDA et al, 2014).

O Lapeccos desenvolve no Projeto Viva Mãe Luiza as ações de comunicação com o apoio de mestrandos e seis bolsistas de extensão. Uma dissertação de mestrado foi resultado da análise da experiência do projeto (FURTADO, 2014). Desde o início de 2014, o Lapeccos realiza, através do Viva Mãe Luiza, um projeto de extensão para apoiar a continuidade no desenvolvimento do Jornal Fala Mãe Luiza, de edição mensal, produzido pelo Centro Sócio-Pastoral Nossa Senhora da Conceição. Financiada pela UFRN, a ação conta com 4 bolsistas que reforçam as equipes de reportagem, edição de texto, edição de imagem e editoração eletrônica. Os alunos também atuam na capacitação de novos repórteres e fotógrafos da própria comunidade para o jornal Fala Mãe Luiza. Com mais de 180 edições, o jornal, fundado nos anos 1990 pelo Padre Sabino (*in memoriam*), é uma das forças de resistência produtiva da comunidade. Gera processos de vinculação e de contra-informação ao que é imposto via discurso midiático de mercado, responsável por uma cobertura estereotipada e seletiva, pautada na violência e na criminalidade. As ações desenvolvidas pela diversidade de sujeitos que fazem a comunidade de Mãe Luiza demonstram a força, ainda marcante, da solidariedade, da cooperação, da fraternidade, da generosidade como forma de resistir à entropia imposta pela realidade sócio-política-econômica contemporânea.

⁹ Informações baseadas na publicação “Natal: meu bairro minha cidade”, produzida pela Prefeitura, em 2009.

Oficializado em fevereiro de 2014, o Laccops, se dedica à investigação das atividades de Publicidade contra-hegemônica, incluindo as iniciativas audiovisuais como ferramenta de transformação social. Coordenado por Patrícia Saldanha que já atua na área há aproximadamente 12 anos, o Laccops tem por objetivo fortalecer a pesquisa em Comunicação Comunitária, com ênfase na Publicidade Comunitária e Social. Como metodologia de trabalho, se reúne mensalmente para os estudos e as reflexões teórico-metodológicas da área. E para a pesquisa empírica, destaca a Pesquisa-ação como metodologia Participativa e Inclusiva como foi o caso da ação desenvolvida para a Campanha “O IBC não pode fechar” (2011).

A campanha é exemplo de uma ação de uma comunidade gerativa que saiu dos limites físicos do micro-espço comunitário, se uniu por um ideal e gerou um resultado concreto para a comunidade estendendo-se para a própria sociedade que participou do processo. O poder público tentava fechar e encerrar as atividades do Instituto Benjamin Constant¹⁰ e transferir todos os alunos para as escolas regulares de ensino.

O instituto aceita as pessoas com deficiência visual até o grau avançado e viabiliza, de fato, da educação até a profissionalização de seus alunos, além de produzir materiais especializados impressos em Braille e publicações científicas. Também abriga as mães que passam os dias no IBC com os filhos até que tenham autonomia para se deslocar no espaço físico da escola.¹¹

É nesse contexto que vem a proposta do Estado para a renovação do PNE (Plano Nacional de Educação) para o período de 2011 a 2020, com a Meta 4. Trata-se de uma meta que prevê universalizar o atendimento escolar para os estudantes de 4 a 17 anos, aglomerando-os na rede regular de ensino, homogeneizando quaisquer necessidades especiais, inclusive, transtornos globais e altas habilidades ou superdotação. Ainda que as escolas não tivessem infraestrutura, profissionais ou tratamentos adequados para receber alunos portadores de quaisquer tipos de deficiência, o país divulgaria, com

¹⁰ Fundado em 1854 por D. Pedro II.

¹¹ De acordo com alguns pais, “90% das mães são abandonadas pelos maridos, logo que o quadro é diagnosticado, ainda que durante a gestação”.

argumentos estatísticos, a mensagem do sucesso da política inclusiva a partir da constatação do aumento do número de matrículas nas escolas regulares.

Todavia a população não aceitou que o projeto de lei fosse aprovado e se movimentou. Inicialmente, criou-se a APAR¹², depois, um abaixo-assinado e ações a favor da preservação do Instituto. Por falta de conceito e linha criativa eficazes o resultado obtido foi muito fraco com o agravante do tempo que se esgotava. E caso 10.000 assinaturas não fossem atingidas a tempo, não haveria matrículas para o ano seguinte. Foi aí que alguns responsáveis nos procuraram e a UFF entrou no circuito.

Após levantamento do histórico do Instituto, visitas às dependências do IBC, entrevistas com pais, alunos e professores preparou-se um diagnóstico completo e pensou-se num conceito base (matricular não é incluir). Com duas semanas para captar o número mínimo de assinaturas, a estratégia precisava ser certa, (sensibilizar a Sociedade Civil para que se envolvesse na causa como se fosse sua). A ação tática deveria comunicar o problema com agilidade para as pessoas, convocando-as para a luta coletiva. Com base num argumento racional e linguagem emocional os alunos da UFF aprovaram o roteiro do vídeo que foi produzido com custo zero.

Nos apropriamos do equipamento técnico, fizemos outra leitura do cenário, adaptamos a linguagem e, com um vídeo de 1 minuto publicado no *Youtube*¹³, a sociedade teve a oportunidade de resolver um problema que passou a ser seu.

Como resultados concretos, segue o fragmento do e-mail de agradecimento enviado por Crispim Ximenes, em 27/06/2011:

Formalmente venho agradecer a todos pelo vídeo elaborado por vocês que está sendo veiculado pela internet. [...] A partir do momento que vocês (amigos) da UFF entraram na briga para nos ajudar a evitar o fechamento do IBC ocorreu o seguinte fenômeno, tínhamos aproximadamente 3.000 assinaturas no abaixo- assinado, e agora temos 50.897. Para quem gosta de estatísticas refere-se ao aumento de 1695, 97%, [...] Agradecemos pela sensibilidade, profissionalismo e empenho em todas as fases de elaboração, nas reuniões e na finalização da Campanha que foi à Internet. [...] um grande abraço !!!![...]Crispim Ximenes, pai da Camila.

¹² Associação de Pais, Amigos e Reabilitandos do IBC.

¹³ Conferir em <http://www.youtube.com/watch?v=FQvbX0nRvJ8> .

Obtivemos destaque na mídia tradicional com publicação no jornal “O Globo” e conseguimos adesão de políticos importantes. O principal resultado foi o apoio expressivo de parte da população que se sentiu afetada e agiu pelo viés da participação interativa nas redes sociais.

A comunicação comunitária e o campo da pesquisa

Feita essa digressão sobre o Inpecc, retomamos as questões de partida aventadas no final da introdução, que organizam o processo de pesquisa desencadeado pelos laboratórios que integram o instituto. O primeiro objetivo é explorar o que a área da comunicação tem refletido sobre a comunicação comunitária. O passo seguinte é de caracterizar os modos de intervenção da área da comunicação sobre o conjunto de ações e processos que buscam por formas inclusivas e alternativas de comunicação. Por fim, pretendemos arquitetar uma radiografia da(s) maneira(s) como a área tem trabalhado a temática da comunicação comunitária em cada Região do Brasil, a partir dos resultados de pesquisas produzidos em programas de pós-graduação, em grupos de pesquisa, na iniciação científica, acessíveis em revistas científicas de PPGs e em anais de congressos/eventos da área e conexos, que estabelecem e mantêm interface com o campo comunicacional.

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, de caráter teórico, com perspectivas de gerar resultados qualitativos e quantitativos, a partir de uma metodologia aberta, dialógico-participativa, ou seja, construída em conjunto com os grupos, núcleos, laboratórios, programas de pós-graduação e pesquisadores individuais que queiram contribuir e, ao mesmo tempo, produzir reflexões consistentes sobre a temática. O caráter teórico diz respeito a identificar no conjunto de trabalhos científicos que serão analisados a capacidade de tecer uma rede conceitual articulada em vista da compreensão do que está sendo problematizado (BONIN, 2011, p. 25).

Em que medida as formulações e conceitos acerca da comunicação comunitária dão conta das novas realidades em que se manifestam o comum, os afetos, os vínculos? Nessa perspectiva, “muito do conhecimento acumulado deve ser submetido à crítica e alargado” (BONIN, 2011, p. 25). A pesquisa bibliográfica, de caráter teórico, não se

confunde com uma mera revisão de literatura, “exige uma reconstrução das estruturas teóricas em análise, possibilitando um distanciamento crítico que o leve a uma compreensão aprofundada e a possíveis reformulações renovadoras da problemática teórica” (MALDONADO, 2011, p. 295). Para isso, temos consciência de que o nosso saber não ultrapassa ou é superior aos saberes construídos por nossos pares, pois o conhecimento científico se consolida por essa capacidade de questionar e ser questionado, como processo coletivo e dialógico.

É desta forma que compreendemos uma metodologia de pesquisa bibliográfica participativa: partir de nossas inquietações, mas sem perder de vista as questões e angulações que nossos pares podem trazer para o processo investigativo, uma vez que também eles produzem conhecimento sobre comunicação comunitária. É um processo em constante devir, que necessita de abertura e encontro com o outro, também sujeito investigador. “O sujeito que se abre ao mundo e aos outros inaugura com seu gesto a relação dialógica em que se confirma como inquietação e curiosidade, como inconclusão em permanente movimento na história” (FREIRE, 2011, p. 133).

Partimos da postura epistemológica de que “a pesquisa bibliográfica implica em um conjunto ordenado de procedimentos de busca por soluções, atento ao objeto de estudo, e que, por isso, não pode ser aleatório” (LIMA; MIOTO, 2007, p. 38). Logo, é preciso definir um conjunto de procedimentos e critérios capazes de nos fazer chegar aos objetivos propostos. Ao mesmo tempo, não tomaremos esses procedimentos como definitivos, mas como passíveis de serem repensados e rearticulados, em função da diversidade do material empírico a ser coletado e sistematizado. Num primeiro estágio, estamos num processo de leitura de reconhecimento (LIMA; MIOTO, 2007), que requer uma lida rápida com objetivo de localizar e selecionar os textos que tenham algum tipo de relação com a comunicação comunitária. Para esse processo, definimos como palavras-chave de partida “comunidade”, “comunitário(a)”, “cidadania”, “alternativa”, “popular”, “favela” e “contra-hegemonia”, identificando num primeiro momento, os títulos dos trabalhos, os autores/orientadores e instituições de origem da produção. Esta coleta de dados vem sendo feita manualmente numa planilha tipo *excell*, mas no decorrer da investigação, a partir dos resultados exploratórios, será desenvolvida uma

ferramenta *online* em formato *open access*, que possa ser alimentada intuitivamente por qualquer grupo/investigador que tenha interesse em participar e contribuir. Haverá, portanto, um duplo movimento de coleta de dados. Tanto faremos a busca ativa desses materiais para cadastrar informações necessárias no banco de dados, como provocaremos os sujeitos interessados em participar a alimentar também o sistema. Nas fases subsequentes da investigação, no processo de filtragem dos textos coletados para análise, desenvolveremos processos de *leitura exploratória*, *leitura seletiva*, *leitura crítica* e, por fim, *leitura interpretativa* (LIMA; MIOTO, 2007, p.41).

A proposta geral tem como meta partir do estado-da-arte atual, de artigos em congressos/eventos, revistas científicas e bancos de dissertações/teses, até alcançar três fases de regressão no tempo histórico:

- a) primeira fase: os 15 anos mais recentes (duração de 1 a 2 anos);
- b) segunda fase: os últimos 30 anos (duração de 2 a 3 anos);
- c) terceira fase: alcançar 50 anos da pesquisa em comunicação comunitária, ou seja, chegar aos textos fundadores dessa perspectiva (duração de 5 anos).

Para efeitos do presente artigo, realizamos um primeiro exercício de pesquisa exploratória sobre um conjunto de diferentes trabalhos de pesquisa, iniciado em novembro de 2013. Como método, a pesquisa exploratória possibilita exercícios de aproximação e cotejamento da problemática que estamos construindo sobre a comunicação comunitária. Permite o processo de “elaboração de configurações teóricas sensíveis aos objetos concretos da realidade comunicacional e suscitam o aprofundamento de dimensões que se revelam importantes na sua configuração” (BONIN, 2011, p. 40). As primeiras ações foram realizadas no sentido de coletar os títulos, autores, instituições e ano, no caso de teses e dissertações. A ação também foi realizada em revistas científicas disponíveis em sites dos programas de pós-graduação em comunicação no País. Trata-se de um trabalho em fase embrionária, mas que se pretende bastante largo, na tentativa também de abarcar a produção da graduação. Neste sentido, até o momento estão parcialmente coletados os trabalhos de conclusão de curso e de iniciação científica produzidos no âmbito da Escola de Comunicação da UFRJ, uma vez que LECC tem acesso direto aos dados. Temos consciência de que é um

trabalho homérico, pois representa mapear e averiguar bancos de dados de 44 programas de pós-graduação com 63 cursos *stricto sensu*, sendo 20 doutorados, 42 mestrados acadêmicos e 1 mestrado profissional (CAPES, 2013). A produção dos cursos de graduação será levantada a partir dos artigos de iniciação científica publicados nos anais da Intercom (evento denominado Intercom Júnior) e em bancos de dados de TCCs dos cursos de graduação em comunicação de todo o país.¹⁴

Considerações finais

O desafio está lançado e não apenas para o Inpecc, pois se trata de uma radiografia da área que interessa a todos. Isto por que se num primeiro momento vamos ter visibilidade sobre temáticas, autores e instituições, em seguida poderemos estabelecer conexões com o momento histórico, com as intervenções geradas por estas produções teóricas. Temos como proposta uma radiografia por representar, analogamente, um processo de produção de imagens que possibilita observar um material cuja composição não é uniforme, a exemplo do corpo humano.

Da mesma forma, temos como premissa que a realidade da pesquisa e da produção científica sobre comunicação comunitária no Brasil não é uniforme e sofre diversos agenciamentos. Nessa linha, acreditamos que a produção em torno das temáticas por região é um dos enfoques mais ricos que podemos produzir. Certamente, ao final de todas as fases da pesquisa, teremos condições de espelhar para a área de que maneira ela tem atuado no que tange a temática da inclusão e mudança social. Reconhecer-se certamente é o primeiro passo para intervir de maneira mais direta e pontual, como bem sabem todos os que trabalham empiricamente com a questão da comunicação comunitária. Voltar-se ao mapeamento da produção de conhecimentos sobre a comunicação comunitária tem como um aspecto relevante a pesquisa

¹⁴ Segundo pesquisa desenvolvida no Departamento de Sociologia e Ciência Política da UFSC, há mais de 300 cursos de jornalismo no Brasil (MICK; LIMA, 2013). Dados de 2010 do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)/Ministério da Educação (MEC), já apontavam 307 cursos de Publicidade, 164 de Rádio e TV, 71 de Relações Públicas, 21 de Cinema, 19 de fotografia, 14 de Produtor de Rádio e TV, 6 de Produção Editorial e 2 de Multimeios (ULTIMO SEGUNDO, 2013).

bibliográfica que fortalece a docência crítica e atuante (FREIRE, 2011), num âmbito em que o conhecimento vindo da experiência e o conhecimento produzido com rigor científico, tem como meta aliar-se em vista da transformação social e política. Ou seja, conhecer para intervir. “Pesquise para constatar, constatando, intervenho, intervindo educo e me educo” (FREIRE, 2011, p. 31).

Referências

BONIN, Jiani. Revisitando os bastidores da pesquisa: práticas metodológicas na construção de um projeto de investigação. In: MALDONADO, Efendy. *et al.* **Metodologias de pesquisa em comunicação: olhares, trilhas e processos**. 2 ed., Porto Alegre: Sulina, 2011, p. 19-42.

CAPES. **Documento de área 2013: Área de Ciências Sociais Aplicadas I**. Brasília: Capes, 2013. Disponível em: <<https://docs.google.com/viewer?a=v&pid=sites&srcid=Y2FwZXMuZ292LmJyfHRyaWVuYWwtMjAxM3xneDoyNDE0MzgzYWU5YjU3NGQ3>>. Acesso em: 10 fev. 2014.

DANTAS, Susana M. M.; PERES, Michele S.; LUCAS, Márcia C. V.; SOUZA, Elizabeth C. F.; CASTANHA, Sueli A.; LACERDA, Juciano. S. Fortalecimento de redes de ação comunitária para prevenção em DST/Aids: conhecer e intervir. **Jornal Brasileiro de Doenças Sexualmente Transmissíveis**. Niterói-RJ: Universidade Federal Fluminense, v. 23, 2011, p. 153-154.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

LACERDA, Juciano S.; FURTADO, Diolene B. M.; LUCAS, Márcia C. V.; MIRANDA, Susana M.; SOLTOSKY, Michele. Mídia secundária: cartilha impressa como estratégia de prevenção das DST/Aids entre adolescentese jovens no Bairro de Mãe Luiza, Natal-RN. **Anais do XV Encontro Nacional de Professores de Jornalismo**. Curitiba: FNPJ/Universidade Positivo, 2014, 15 pp.

LIMA, Telma C. S.; MIOTO, Regina C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Rev. Katál**. Florianópolis, v. 10, n. esp., p. 37-45, 2007.

MALDONADO, A. Efendy. Pesquisa em comunicação: trilhas históricas, contextualizações, pesquisa empírica e pesquisa teórica. In: MALDONADO, Efendy *et al.* **Metodologias de pesquisa em Comunicação: olhares, trilhas e processos**. 2 ed., Porto Alegre: Sulina, 2011, p. 277-303.

MICK, Jacques; LIMA, Samuel. **Perfil do jornalista brasileiro: características demográficas, políticas e do trabalho jornalístico em 2012**. Florianópolis: Insular, 2013.

MORIN, Marie-Eve. La déconstruction de la fraternité ou l'interruption du mythe. **Les Cahiers Philosophiques de Strasbourg**, n. 24, segundo semestre de 2008, editado por Andrea Potestà, uma publicação do Departamento de Filosofia da Université Marc Bloch. p 131-170.

PAIVA, Raquel. **O espírito comum: mídia, comunidade e globalismo**. Rio de Janeiro: Editora Mauad, 2002.

_____. Estratégias de comunicação e comunidade gerativa. In: PERUZZO, Cíclia (Org) **Vozes Cidadãs**: aspectos teóricos e análises de experiências de Comunicação Popular e Sindical na América Latina. São Paulo: Angelara, 2004, p.57-74.

SODRÉ, Muniz. **As estratégias sensíveis**: afeto, mídia e política. Petrópolis: Editora Vozes, 2006.